

OS CAMINHOS MINADOS DA LIBERDADE: OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO EM SERRINHA (1870 – 1888)

Ana Paula Carvalho Trabuco Lacerda*

RESUMO: *Ao estudar a trajetória dos cativos na luta pela alforria nos últimos anos da escravidão em Serrinha, pretendo analisar a participação desses escravos para a legitimação da crise do sistema através de suas ações de resistência a um contexto que lhes foi imposto por uma sociedade rigidamente hierárquica, típica do sertão baiano. O objetivo é modificar a idéia de escravidão passiva do sertão, demonstrada aqui através de diversas estratégias de resistência, como por exemplo, a união de escravos com trabalhadores do prolongamento da estrada de ferro da Vila de Serrinha na participação de levantes, além de seus esforços na compra de suas cartas de alforria, que também deve ser considerado enquanto estratégia de resistência.*

Palavras-chave: Escravidão; Resistência escrava; Alforria.

INTRODUÇÃO

A proposta do trabalho, seguida pela dissertação em andamento, é uma análise da resistência escrava em Serrinha, cidade do sertão baiano, possuindo uma área atual de aproximadamente 777 Km², no momento de crise do sistema. Esse estudo tem como balizas cronológicas os anos de 1870 a 1888. Tal cronologia está associada ao período de intensidade de “concessão” de cartas de alforria aos escravos.

O contexto que se insere é de crise do sistema escravista com o fim do tráfico negreiro e intensificação do tráfico interprovincial. Além disso, nota-se nesse período uma intensa preocupação da elite brasileira em procurar formas de extinguir a escravidão de forma gradual. Surgem, portanto, leis como a do Ventre Livre e a dos Sexagenários, que nessa região sertaneja não são respeitadas, de acordo com as fontes encontradas.

Economicamente, Serrinha caracteriza-se pela policultura, criação de gado e comércio, fornecendo à capital os produtos alimentícios de primeira necessidade. Até 1874 era Freguesia de Iará, quando se torna emancipada.

Ao analisar a trajetória dos escravos na Vila de Serrinha no período em questão, utilizo Cartas de Alforria, Documentos de Compra e Venda de escravos, além das Correspondências entre o presidente da Câmara da Vila com a Província da Bahia. Inicialmente, tais fontes não possibilitam uma visão do cotidiano dos cativos aqui presentes, já que há uma intensa preocupação por parte da elite da cidade em manter em silêncio as ações desses sujeitos históricos. Portanto, torna-se necessária uma leitura das fontes que objetiva entender as mudanças históricas que teriam levado à conquista da alforria por parte dos escravos em Serrinha, seguindo o modelo proposto por Chalhoub:

Zadig não viu a cadela da rainha; ele observou os rastros deixados por ela, analisou-os à luz de seus conhecimentos, e foi capaz de construir uma imagem objetiva e verdadeira da cadela. Assim como os rastros não eram a cadela da

* Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana e Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisa desenvolvida com o apoio a FAPESB. Contato: Ana_trabuco@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eugênio Líbano Soares.

rainha, os documentos espalhados no tempo não podem ser o movimento da história.¹

O objetivo deste trabalho é demonstrar que, como afirma J. J. Reis, onde há escravidão há resistência (REIS, 1988) e desconstruir a idéia da escravidão pacífica do sertão da Bahia, já que nessa região a maior parte dos cativos são “crioulos”, e em pouca quantidade, se comparados com a capital e recôncavo.

A conquista da alforria por Roza, Maria Felippa, Romana, Thomaz e muitos outros, teria sido resultado de negociações que concentravam suas ações nos limites de suas possibilidades, encontrando inúmeras armadilhas. Um processo histórico que nos propomos a estudar.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA DO TRABALHO

Diante de um universo de trabalho forçado é evidente que existam rebeliões mais ou menos organizadas. Tratando-se de Serrinha, a problemática que se insere é a participação do escravo na luta por sua alforria.

A partir da década de 1870, contexto de crise do Império brasileiro e de difusão dos ideais abolicionistas no país, crescem as tentativas de extinguir escravidão gradualmente através da elaboração de leis. Além das limitações postas por tais leis, é preciso salientar que elas não vigoraram, pelo menos inicialmente. Aqui, foram encontrados documentos de compra e venda de escravos menores após mais de dez anos da elaboração da lei do ventre livre. É o caso de Sebastiana, parda, três anos de idade, vendida a Joaquim Alves de Oliveira pela quantia de 400 mil-réis, “para o serviço da lavoura” em 20 de junho de 1884².

Também cabe mencionar que a prática da alforria na Vila de Serrinha foi dificultada pela resistência dos grandes fazendeiros locais. Já outros, a exemplo de Joaquim Hortélio, Leôncio de Freitas, Antônio Ferreira Coutinho, dentre outros, lideraram a luta pela “concessão” da alforria em Serrinha, além do cumprimento da Lei Áurea, a pedido do Presidente da Província.

Além disso, tais políticos teriam que servir de exemplo, por isso deparo-me com provavelmente a primeira carta de alforria da Vila datada em 1870 pelo então presidente da Câmara Miguel Carneiro, que “concede liberdade a sua escrava Roza, 16 anos, parda, dos serviços da lavoura, aos bons serviços que me tem prestado”³.

Porém, através da análise das cartas de alforria, pode-se perceber que a maioria delas foram conquistadas pelos próprios cativos, principalmente por meio da compra, o que nos remete ao questionamento das afirmações anteriores que tentam minimizar as estratégias de resistência dos escravos.

Aqui a tentativa é, apesar das dificuldades de utilizar documentos escritos de autoria de indivíduos ligados à cultura dominante e que “chegam até nós através de intermediários que o deformam” (GINZBURG, 1996), analisar o outro lado da história.

Um aspecto extremamente importante é que a inclusão dos cativos em relações familiares constitui uma das variáveis fundamentais para o acesso à alforria. Tomemos como exemplos a escrava Maria, preta, que com sua filha, “poderá gozar de plena liberdade”, avaliada pela quantia de 350 mil-réis, recebida do seu pai Pedro Almeida⁴ e Sabina, preta, trinta anos, casada, pela quantia de 200 mil réis, recebida do seu companheiro⁵, ambas datadas no ano de 1885.

¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. SP, Cia das Letras, 1990, p. 27.

² Arquivo do Fórum Municipal de Serrinha, tabelionato de Notas, livro 3 p. 2.

³ Tabelionato de Notas, livro 02, p. 3.

⁴ Tabelionato de Notas, livro 4, p. 92-93.

⁵ Tabelionato de Notas, livro 4, p. 94-95.

Tanto João José Reis quanto Kátia Mattoso evidenciam as limitações das cartas de alforria por eles analisadas, já que em sua maioria continham cláusulas restritivas e condicionais, como por exemplo, continuar servindo ao senhor por determinado tempo (REIS, 1989; MATTOSO, 1988). Aqui não foram encontradas tais restrições. De acordo com Hebe de Castro, “a alforria incondicional em massa era o único meio de conservar os ex-escravos na fazenda e deter as desordens” (CASTRO, 1997, p. 361).

Porém, o preço da alforria teria sido um problema para os cativos. Na maioria dos casos, esta requer uma quantia difícil de ganhar, o que favorecia os escravos da cidade. Contudo, a maioria dos alforriados são mulheres da lavoura, como é o caso de Josepha, que teria que pagar 400 mil-réis, mas auxiliou com 80 mil ao senhor Manoel Alves de Queiroz, no ano de 1885⁶.

É preciso evidenciar os possíveis sacrifícios desses escravos para obter o necessário para a conquista de sua liberdade. Seriam anos de espera. No caso de Josepha, certamente após a alforria ela teria continuado a prestar seus “bons serviços” ao senhor até pelo menos quitar sua “dívida”: os limites da liberdade.

Além disso, segundo Kátia Mattoso, “para ser libertado é preciso ter sido um escravo trabalhador, fiel e obediente” (MATTOSO, 1998, p. 187). Liberdade-recompensa que teria servido enquanto isca para o cativo comportar-se bem. A obediência, fidelidade e bons serviços prestados pelo escravo são muito mais formas de negociação cotidiana para com seu senhor que passividade absoluta.

Dentre vários outros exemplos de liberdade-recompensa, muitos cativos foram alforriados após a morte de seus senhores, como forma de gratidão aos “bons serviços prestados aos nossos pais e avós”, como foi o caso de Francisca em 1872⁷.

Hebe de Castro ressalta que nesses casos muitos senhores confiavam na gratidão dos libertos pela força dos laços familiares para mantê-los nas fazendas ou na região (CASTRO, 1997, p. 365). Não sabemos se foi esta a situação de Francisca, os documentos de que dispomos não nos permitem obter esta informação.

Certamente outro fato teria facilitado a compra da alforria pelos escravos. Refiro-me à crise econômica que assolava Serrinha e toda a região do sertão baiano no final da década de 1870, conseqüência de um período de seca constante. As correspondências da Câmara da Vila ao Presidente da Província da Bahia datadas de 1878 a 1883 confirmam a hipótese. Tais fontes possibilitam a descrição do estado em que se encontravam as fazendas: “os gados perecem a ponto de muitas fazendas ficarem destituídas, os proprietários reduzidos a pobreza”⁸ além do pedido de auxílio ao governo “a fim de não serem penosamente torturados pela fome”⁹. Tais informações não diminuem a importância do papel dos escravos em suas lutas pela liberdade, porém os auxiliam, já que seus senhores, sem dúvida, estariam necessitando de recursos para suprir suas necessidades, o que também pode explicar o alto preço das cartas de alforria que foram analisadas.

No ano de 1880, é construída em Serrinha a estrada de ferro, e com ela muita confusão. Durante todo o período de sua construção, são inúmeras as correspondências entre a Câmara da Vila ao Presidente da Província, relatando a união entre escravos que lá trabalhavam com os ditos garimpeiros vindos da capital: “peço a Vossa Excelência para pulciar o lugar e prender vadios e criminosos vindos da capital para a construção da estrada de ferro e que se misturam com escravos para causar desordens”¹⁰, em 11 de setembro de 1875. Além disso, essas correspondências afirmam que tais conflitos ocorriam em todas as regiões onde a estrada de ferro era construída, a exemplo de Água Fria.

⁶ Tabelionato de Notas, livro 5, p. 10-11.

⁷ Tabelionato de Notas, livro 5, p. 13-14.

⁸ Arquivo Público da Bahia, maço 8, 1878.

⁹ APEB, maço 145, 1883.

¹⁰ APEB, maço 2608, 1875.

Tais informações são de extrema importância para este trabalho, já que confirmam que os escravos aqui analisados percebiam diversas estratégias de resistência que não se limitavam à compra da carta de alforria, ou à fuga para quilombos. Ao trabalharem na construção da estrada de ferro, se relacionaram com trabalhadores vindos da capital com ideais ditos pelas autoridades avançadas. Estes ideais de liberdade o fizeram participar de conflitos na Vila para demonstrarem que não eram passivos à situação de inferioridade na qual se encontravam.

CONCLUSÃO

A inexistência de trabalhos historiográficos que privilegiam essa temática a respeito da história da cidade no período em questão, que apenas enaltecem os grandes “heróis” políticos locais minimizando ou até anulando o papel histórico do escravo, me fizeram perceber a necessidade do presente estudo.

A importância de uma análise dessa natureza, além de divulgar a existência de uma luta “ousada” e repleta de armadilhas de sujeitos pela obtenção da liberdade, também evidencia as possibilidades de futuras ações contra a exclusão político-social ainda reinante na comunidade serrinhense. Além disso, contribui para questionar o estereótipo da escravidão pacífica do sertão baiano.

Na verdade, esse trabalho é também uma contestação às tentativas de formulação de um evolucionismo político e econômico de Serrinha, onde o escravo é destituído da capacidade de transformação de sua própria história. Segundo Chalhoub,

Longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégias mais previstas na sociedade na qual viviam. Mais do que isto, pressionaram pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais daquela sociedade.¹¹

O que se percebe através das análises já feitas com o confronto entre fontes e bibliografia é que os escravos em Serrinha procuraram estratégias de resistência que os beneficiassem. Além da compra da alforria, também encontraram na aliança com os trabalhadores da estrada de ferro uma forma de demonstrar suas indignações diante do sistema vigente.

Patrício, Romão, Francisca, dentre outros, são, portanto, sujeitos da história. Atores que, mesmo diante de inúmeras limitações e armadilhas, lutaram pela tão sonhada liberdade. Liberdade-recompensa, liberdade-outorgada, liberdade-farsa... Apesar da contínua privação dos seus direitos políticos – em Serrinha, os intendentos, pelo menos inicialmente, eram escolhidos pela elite branca da vila –, eles não se sacrificariam em vão. Queriam maior domínio sobre suas vidas; maior liberdade entre seus laços comunitários. Suas conquistas estavam apenas começando.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Hebe Mattos de. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. IN: ALENCASTRO, Luis Felipe (org.). *História da vida provada no Brasil Império*. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

¹¹ Id. Ibid. Ob. Cit. p. 252.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1998.

REIS, João José e GOMES, Flávio. *Uma história da liberdade*. IN: _____, *Liberdade por um fio: Uma história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.